

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE HISTÓRIA

TAIANA DE OLIVEIRA

RELAÇÕES DE GÊNERO E PRIMEIRO-DAMISMO: AS EXPERIÊNCIAS DA
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1940-1950)

CRICIÚMA
2018

TAIANA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PRIMEIRO-DAMISMO: AS EXPERIÊNCIAS DA
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1940-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciada no curso de licenciatura em História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

CRICIÚMA

2018

TAIANA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PRIMEIRO-DAMISMO: AS EXPERIÊNCIAS DA
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1940-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Social e Política.

Criciúma, novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ismael Gonçalves Alves - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Lucy Cristina Ostetto - Mestre - (UNESC)

Prof. Tiago da Silva Coêlho - Mestre - (UNESC)

**À mulher mais forte do mundo, minha mãe,
Maria Magna Nunes.**

AGRADECIMENTOS

Antes de ser eu, eu sou um pedaço de cada pessoa que passou por mim. Assim, como não poderia deixar de ser, este trabalho contém o fragmento de cada um/a que dividiu comigo os deleites e dissabores desta jornada que está prestes a se encerrar. Sem mais delongas, agradeço:

À minha mãe. Por todo apoio, por todo amor, por toda força e resiliência. Por me ensinar toda noção de justiça, clemência e generosidade. Por ser a mão que sempre se estende. Meu amor é todo seu, mulher!

Às minhas irmãs e irmãos. À Pi, minha versão em miniatura, agradeço por ser presença, resistência e confronto. Por falar quando a minha voz se cala, por amparar o meu desalento e por ser o coração da família. Ao Vini, dono do maior coração do mundo, agradeço por estar aqui, por todo afeto e solicitude. Te admiro e te acredito, você é gigante! À Vá, sou grata por todo cuidado, preocupação e amor. Agradeço, também, por me presentear com o Théo e o Lucca e me transformar na tia mais boba e apaixonada. Ao João Vitor, o bebê da mana, sou grata por todas as tardes que me obriga a jogar futebol, pular na cama elástica, passear no parque das nações, desenhar com giz de cera pelo chão ou jogar *minecraft*. Por me roubar de mim, me mostrar beleza na pureza e inocência, por me ensinar e aprender comigo.

À quem pertence o meu coração, Ana, e que exerce a difícil tarefa de me acordar às 6 da manhã para estudar. Agradeço pelo melhor café do mundo. Pelo amor, afeto e apoio. Sou grata por toda a paciência e compreensão quando os textos roubavam a minha atenção. Pelas tardes de estudo que você me surpreende com bolos, sanduiches e... café! Por todas as vezes que você precisou, sozinha, “segurar as pontas” para não me sobrecarregar. Obrigada, obrigada, obrigada!

Ao meu *squad* de “pesquisederes de gênero”, minhas “pestéis de benene” que surgiram no meio do caminho da graduação e escolheram seguir caminhando ao meu lado: Vitória, Patrícia e Zaira. Agradeço por todos os devaneios, por todo suporte, por toda luta travada de mãos dadas. À Zaira, Beyonce da minha Solange, sou grata pelos dias que, se fazendo luz, me salvou da escuridão. Agradeço pelo afeto súbito que transformou essa amizade num escudo. Por toda afinidade, amor, intimidade e lealdade que te transformou na minha melhor amiga. Você é dona da minha saudade!

Às minhas amigas e amigos, em especial a Julia e o Diego. À Julia, um dos maiores presentes que a História me propiciou e que caminhou comigo pelos becos mais sombrios desta trajetória, sou grata por todo conhecimento compartilhado. Pelas conversas intermináveis, por todos os meios-de-semana-no-bar, pela solicitude e generosidade. Ao Diego, agradeço a irmandade e presteza com a certeza que metade deste trajeto não teria sido traçado sem você.

À Thaise Sutil. Sou a grata à vida que nos aproximou.

Agradeço imensamente aos professores do Departamento de História por serem fonte de conhecimento, luta e inspiração. Em especial a Lucy, Tiago, Zanelatto, Michelinha e Michelona (hahahaha). Obrigada por acreditarem que um mundo melhor é possível através da educação.

É com profunda admiração e afeto que agradeço ao meu orientador e amigo, Ismael Gonçalves Alves. Obrigada por todo apoio, por acreditar em mim e nas minhas capacidades, pela dedicação e pelo investimento nos meus conhecimentos.

Por fim, agradeço à UNESCO que, através de políticas públicas de assistência estudantil, viabilizou bolsas de estudo que asseguraram o meu acesso e permanência na universidade.

*“meu coração sangra pelas irmãs em primeiro
lugar/ sangra por mulheres que ajudam
mulheres/ como as flores anseiam pela
primavera”*

Rupi Kaur

RESUMO

Este trabalho analisa as nuances da assistência social prestadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante as décadas de 1940 e 1950. Acatando a um processo de feminilização da filantropia em curso nos países Ocidentais desde o século XIX. A LBA foi fundada em agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas e contou com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres. Ancorada a preceitos de feminilidade e um discurso de gênero difundido pela literatura romântica e médico-científica, para a LBA a identidade feminina era indissociável da maternidade. Neste sentido, relacionava as mulheres aos trabalhos domésticos e de cuidados, características consideradas “naturalmente” femininas. A problemática desta investigação consiste compreender as relações de gênero intrínsecas a Legião Brasileira de Assistência. Busco, em análise, refletir as formas de atuação política feminina conquistada através da filiação na LBA, atentando especificamente para a figura das primeiras-damas do Estado na condução das políticas públicas de assistência.

Palavras-chave: Gênero. Darcy Vargas. Beatriz Ramos. Assistência Social. Primeiro-damismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Despesas de administração	30
Figura 2: Sessão solene realizada nos salões do Clube Doze de Agosto, quando da fundação da L.B.A. em Santa Catarina	32
Figura 3: SRA. D. Darcy Sarmanho Vargas	39
Figura 4: Sra. Darcy Vargas e o Sr. Rodrigo Otavio.....	40
Figura 5: Dona Beatriz Pederneira Ramos, presidente da Legião Brasileira de Assistência em Santa Catarina	43
Figura 6: A presidente da C.E., quando entregava o certificado de enfermeira à presidente do C.M. de Laguna	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LBA	Legião Brasileira de Assistência
CC	Comissão Central
CE	Comissão Estadual
CM	Comissão Municipal
SC	Santa Catarina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL E O TRABALHO DAS MULHERES: INVISIBILIDADE DE UM TEMA	15
2.1 GÊNERO E TRABALHO DE CUIDADOS: A TENTATIVA DE INVISIBILIZAÇÃO E O MOVIMENTO POLÍTICO DAS MULHERES	19
3 A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DAS TRADIÇÕES DO GÊNERO	26
3.1 A INTERIORIZAÇÃO DA LBA E SUA ESTRUTURAÇÃO EM SANTA CATARINA	31
4 FACE E FEITIO DA LBA: BONDAD E BENEVOLÊNCIA À EXEMPLO DE DARCY VARGAS	35
4.1 ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA: AS MULHERES CATARINENSES À LUZ DA PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO.....	42
5 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50
FONTES CONSULTADAS	53
ARQUIVOS	53
LEGISLAÇÃO.....	53
ARTIGOS DE JORNAIS.....	53
ANEXO	54
ANEXO – CONTRACAPA DO RELATÓRIO EXERCÍCIO DE 1943 DA LBA.....	55

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se do desdobramento do que foi a primeira pesquisa de iniciação científica que desenvolvi, em 2016, a convite do Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves. A minha integração na pesquisa científica e na academia foram molas impulsoras desta monografia, pois foi no decorrer desta experiência que conheci as mulheres da Legião Brasileira de Assistência: as primeiras-damas, as voluntárias, as assistidas e as assistentes da instituição, enfim, as mulheres e suas múltiplas formas de existência que protagonizaram a LBA. Diferentemente do que idealizei sobre a pesquisa científica, ao completar um ano de análise sobre a LBA, vislumbrei-me diante de mais perguntas do que respostas. O contato inicial com a instituição foi fundamental para o desdobramento desta pesquisa, fomentando sobretudo o meu interesse pela assistência social no Brasil e as formas de atuação política feminina. Neste sentido, este trabalho não foi desenvolvido somente com designio à conclusão da minha trajetória na graduação, mas tem essencialmente o propósito de apaziguar inquietudes no âmago da acadêmica que o escreve.

Face à grande quantidade de ações assistenciais desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência, em 2016 limitei a minha análise sobre a ampliação da liberdade individual feminina através da participação na Campanha das Madrinhas dos Combatentes. No entanto, emergiam ainda algumas inquietações quanto a LBA, sobretudo em torno da condução das políticas públicas de assistência pelas primeiras-damas nacionais. Foi buscando responder as questões insurgentes que defini o tema, objeto e recorte temporal deste trabalho de conclusão de curso.

Trata-se das relações de gênero e primeiro-damismo experienciadas no Brasil do século XX através da Legião Brasileira de Assistência, mais especificamente os anos que compreendem as décadas de 1940 e 1950. O recorte temporal deste trabalho refere-se aos anos de atuação das primeiras-damas Darcy Vargas e Beatriz Ramos.

Criada em agosto de 1942, a Legião Brasileira de Assistência foi fundada concomitantemente a anunciação do ingresso do Brasil na Segunda Grande Guerra. Obedecendo a um processo de “feminilização da filantropia”, fenômeno progressivo nos países Ocidentais a partir do século XIX (MARTINS, 2015), a LBA estava apregoada a uma ideologia que relacionava as mulheres aos trabalhos domésticos e de cuidados, características presumidamente essenciais da natureza feminina.

Sendo assim, contava com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres, ao passo que garantia a atuação masculina nas atividades técnicas e administrativas da instituição.

De modo geral, as mulheres que se filiavam à LBA já se dedicavam aos trabalhos filantrópicos e faziam parte de um círculo muito estreito de relações de poder, sendo em grande medida oriundas das camadas médias e das elites políticas locais. O trabalho na Legião representava, para estas mulheres, uma oportunidade de atuação na esfera pública sem ferir moralmente a sua feminilidade. Acredito ser imprescindível ressaltar que, ao tratar de modelo de feminilidade, neste trabalho, refiro-me ao paradigma Ocidental e branco que define a maternidade e a domesticidade enquanto papel das mulheres e que refletia sobretudo as mulheres brancas. Como aponta Davis (2016, p. 25):

À medida que a ideologia da feminilidade [...] se popularizou e se disseminou por meio das revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. [...] Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante.

Isto posto, coloco luz à evidência de modelos distintos de feminilidades e esclareço que este trabalho não se trata de universalizar o sujeito mulher. Busco, aqui, analisar as relações de gênero imbricadas nas ações empreendidas pela Legião Brasileira de Assistência, identificando a reprodução de discursos sobre a maternidade e a infância na condução de políticas públicas de assistência.

Tendo em vista os objetivos circunscritos no projeto inicial desta investigação, elenquei algumas categorias e conceitos que considero fundamentais para análise das relações de gênero e da assistência social. Para tanto, neste trabalho o gênero é fundamentado na perspectiva da historiadora Norte-americana Joan Scott, para quem o gênero é um produto das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. O gênero, na perspectiva da autora, implica quatro elementos que se relacionam: os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas” e contraditórias; os conceitos normativos “expressos nas doutrinas

religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas”; a “noção do político” e de organizações sociais que evocam a “aparência de uma eterna representação binária dos gêneros”; por fim, a identidade subjetiva (SCOTT, 1989, p. 86-87).

Buscando compreender as nuances da participação feminina na esfera pública, a categoria gênero é otimizada, nesta investigação, com a categoria de abordagem dos trabalhos de cuidados na perspectiva da Joan Tronto (1997). Para a teórica, o trabalho de cuidado é um subproduto do gênero e “cuidar” é definido de acordo com preceitos de feminilidade e masculinidade.

A femininidade é interpretada como a antítese da masculinidade. Assim, é interpretado como masculino, como normal, o que está em oposição ao que é feminino. Nesse caso, a interpretação das mulheres como atadas à atividade mais particular de cuidar de outros está em oposição às preocupações mais públicas e sociais dos homens. (TRONTO, 1997, p. 200).

Por fim, para abordar especificamente as primeiras-damas como as articuladoras das políticas da LBA, utilizo o conceito cunhado no seio das pesquisas feministas que se debruçam a compreender os Estados de Bem-Estar Social. Trata-se do “maternalismo político” como ferramenta para análise da história da assistência social e da filantropia, com vistas a:

[...] mapear os pressupostos culturais, ideológicos e discursivos que sustentam a divisão sexual do trabalho, bem como as dinâmicas familiares, as estruturas burocráticas e as políticas governamentais de assistência que ancoram os programas de Bem-Estar desenvolvidos no Ocidente industrializado. (ALVES, 2014, p. 63).

A metodologia da pesquisa envolveu a análise dos Relatórios Exercício de 1943 e 1944 da LBA encontrados no Arquivo do Estado de Santa Catarina em saída de campo do grupo da iniciação científica em 2016, o Estatuto da fundação da Legião Brasileira de Assistência (1942) disponível no site do Planalto da Casa Civil, e periódicos de circulação nacional disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional.

O trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro prevalecem as formulações teóricas a serem abordadas no desenvolvimento do trabalho, principalmente as implicações acerca dos Estados de Bem-Estar Social e as relações desta organização estatal com o gênero e o trabalho de cuidados. O segundo capítulo, por sua vez, apresenta a Legião Brasileira de Assistência, as permanências e rupturas de sistemas tradicionais de gênero na fundação, estatuto,

setores de ação e arranjos corporativos da instituição em âmbito nacional e em Santa Catarina. Por fim, o terceiro e último capítulo se debruça sobre o perfil e modelo de feminilidade incumbidos nas figuras de Darcy Vargas e Beatriz Ramos, apontando para a atuação das primeiras-damas na articulação de políticas públicas.

2 OS ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL E O TRABALHO DAS MULHERES: INVISIBILIDADE DE UM TEMA

Abnegadas, benemerentes, altruístas, sensíveis, maternais, afetuosas – os inúmeros adjetivos atribuídos às mulheres filantropas fazem parte de um discurso de gênero exaustivamente difundido na sociedade ocidental. Esse núcleo ideológico ligado ao emaranhado discurso de uma hipotética natureza feminina, delega às mulheres a condição de seres compassivos, entendendo a bondade como atributo inerente ao gênero feminino. No dicionário Michaelis da língua portuguesa, “filantropia” significa “profundo amor à humanidade” (2008, p. 393), o que nos explica a concepção da atividade de assistência social até o tempo presente. Tamanho apelo sentimental foi responsável, desde meados do século XIX, pela mobilização de mulheres das elites políticas e de classe média locais a envolverem-se nos trabalhos filantrópicos (MARTINS, 2015, p. 19).

Para um melhor entendimento do impacto que a LBA aferiu sobre as mulheres brasileiras do século XX, lançamo-nos inicialmente a compreender as implicações acerca dos Estados de Bem-Estar Social – ou *Welfare State*. Ainda que as abordagens teóricas sobre os Estados de Bem-Estar sejam inúmeras, de maneira geral o conceito trata-se de um deslocamento das ações de proteção social de competência das instituições de caridade, comumente ligadas a Igreja e aos preceitos cristãos, para responsabilidade e encargo do Estado – mesmo que, em alguns casos, não houvesse um rompimento definitivo entre os dois modelos:

O Estado de Bem-Estar Social é comumente conceituado como um estado comprometido em modificar o jogo ou mercado das forças sociais a fim de alcançar maior igualdade. Geralmente, opera com um compilado de programas de seguro e assistência social que oferecem proteção aos sujeitos que vivenciam o desemprego, acidentes de trabalho, aposentadoria, incapacidade, doenças, morte ou abandono de algum familiar, ou pobreza extrema. (ORLOFF, 1996, p. 52).

A pauperização urbana, descortinada a partir da Revolução Industrial, resultou em inúmeras críticas por parte de filantropos, médicos, pedagogos e cientistas sociais que alardeavam aos quatro cantos a falência do modelo capitalista que emergia em todo o ocidente. Nesse contexto, os males provocados pela urbanização e industrialização compulsória de países centrais expuseram as entranhas do modelo socioeconômico capitalista deixando-o vulnerável frente às

diversas críticas a ele atribuídas. Diante deste cenário de exploração máxima da força de trabalho no qual o capitalismo se erigia sob uma multidão de trabalhadores depauperados vivendo em condições subumanas, as forças progressistas em crítica ao liberalismo e seu sistema econômico, como os médicos higienistas, se organizaram e passaram a condenar duramente os impactos da exploração sobre a vida da população.

Dentre suas principais preocupações com relação as camadas populares figuravam os altos índices de mortalidade infantil presentes nas sociedades industrializadas. Até o século XIX a infância e a maternidade não ocupavam um espaço de circunspeção do Estado, pois eram percebidas como um atributo de incumbência individual de cada mãe e família (ALVES, 2014). Esta questão se desdobrou quando as crianças passaram a representar o futuro das nações industrializadas, servindo de braços laboriosos ao trabalho nas fábricas ou como força bélica em seus exércitos. Frente a essa nova função,

[...] a perda de crianças em idade tão tenra passou a ser contabilizada como um déficit econômico que deveria ser sanado através de medidas enérgicas, direcionadas prioritariamente aos núcleos familiares urbanos. Tanto no Brasil como em outras nações da Europa e da América, este movimento estava atrelado a uma grande preocupação com o despovoamento, que segundo alguns demógrafos e médicos higienistas acarretaria no paulatino asfixiamento do poderio bélico e industrial de qualquer país. (ALVES, 2014, p. 81).

Logo, a elevada mortalidade infantil passou a ser objeto de preocupação entre governantes, médicos e pedagogos, que diante da precariedade das condições sanitárias – soma de lamentáveis condições de trabalho, salários miseráveis e moradias deficientes – iniciaram um verdadeiro combate às práticas e saberes populares, considerados obsoletos e irresponsáveis, no cuidado com as crianças. Neste cenário, a maternidade foi elevada ao âmago dos debates por uma medicina moderna higienista que culpabilizava as mulheres e mães pela crescente mortalidade infantil em detrimento à problematização das condições de trabalho e moradia (SOHN, 1995). Era um modelo em declínio que carecia de reinvento.

Face à essa conjuntura, as ações de caridade, antes desempenhadas pelas instituições cristãs e exercida com vistas a salvação individual, foram revalorizadas e resignificadas, tornando-se “um direito social prestado pelo Estado com a finalidade de garantir condições mínimas de qualidade de vida para todos os cidadãos”

(ALVES, 2015, p. 53). Estas ações entendidas como direitos sociais, contudo, não eram de alcance de toda a população, pois na lógica capitalista havia uma estreita relação entre direitos e trabalho, de forma que um dos principais requisitos de acesso a tais direitos estava ligado a condição de trabalho dos indivíduos. Ou seja, eram considerados sujeitos de direitos aqueles que por alguma razão eram incapazes de trabalhar, permanentemente ou não, ou aqueles trabalhadores cuja renda não fosse suficiente para sua própria subsistência e da família (ALVES, 2015).

O desenvolvimento dessa nova organização estatal é versado por alguns especialistas como uma estratégia de sobrevivência do modelo econômico capitalista. Leonardo Valles Bento, ao analisar governança e governabilidade na sua dissertação de mestrado, afirma que o capital:

[...] seja em virtude das instituições democráticas, seja em virtude da ameaça revolucionária, [...] precisa garantir a sua legitimação, entendida como a aceitação dos agentes econômicos, especialmente aqueles menos favorecidos, das regras do jogo da produção. (BENTO, 2002, p. 27-28).

Nesse sentido, o Estado de Bem-Estar exprime uma resposta aos anseios revolucionários fomentados pelas críticas anticapitalistas, estabelecendo o que Martins chamou de “problematização política dos cuidados” através da organização das instituições e da elaboração de legislações específicas (MARTINS, 2011, p. 20). Essa nova organização da filantropia buscava resolver os males provocados pela pauperização na vida urbana em diversos âmbitos e, assim, amenizar a possibilidade de conflitos sociais através de uma filantropia intervencionista calcada no Estado centralizado.

No entanto, para muitos estudiosos o Estado de Bem-Estar não se apresenta a partir de um modelo único e passível de reprodução em diversos espaços. As ações de proteção social foram delineando-se dentro do contexto histórico de cada Estado, abarcando “desde as ajudas tradicionais em que o Estado não ocupa o lugar de agente interventor – cabendo à sociedade civil a administração da assistência – até os complexos sistemas de redistribuição comandados pelo Estado” (ALVES, 2014, p. 31). No Brasil, por exemplo – que a nós compete –, as políticas assistenciais se desenvolveram sem um rompimento contundente entre a caridade ancorada na moral cristã e a filantropia exercida por instituições privadas e as ações de competência pública.

Cabe ressaltar que no Brasil, bem como em outros países Ocidentais no início do século XX, as instituições de caridade e filantropia foram as responsáveis por prestar assistência aos pobres. Essa característica era comum aos países liberais no início do século, onde os debates no Estado versavam sobre os limites da intervenção nas relações entre o trabalhador e mercado, portanto não haviam iniciativas da administração pública em programas de proteção social (ALVES, 2014, p. 86). Neste cenário formulava-se fortemente a filantropia de princípio cristão. De acordo com Alves (2015, p. 52), “[...] dar esmolas e amparar os indigentes fazia parte de um conjunto de práticas cristãs associadas à bem aventurança e a redenção dos pecados”.

Isso demonstra que diferentemente do cenário contemporâneo, o trabalho alusivo aos cuidados - filantropia, assistência social, maternidade, trabalho doméstico, enfermagem, entre outros - não era a princípio feminilizado. Tanto na tradição protestante como na católica as atividades de assistência aos pobres não ficaram de encargo exclusivo da benevolência feminina, mas também os homens colaboraram pariforme. É a partir do século XIX que as mulheres passam a envolverem-se mais extensivamente aos trabalhos filantrópicos, num processo que Martins (2015) chamou de “feminilização da filantropia”. Para a autora, a inserção das mulheres nas instituições caritativas significou um deslizamento da esfera privada para a esfera pública, de forma que sua participação não se limitava apenas as prestações de serviços assistenciais, mas também aos debates sobre questões sociais:

Os discursos apelavam para seus sentimentos morais e para a caridade cristã, mas encontravam ressonância entre as mulheres porque algumas delas perceberam que este poderia ser um caminho promissor para colocarem em prática suas ideias reformistas e, como notaram algumas lideranças femininas da época, pela filantropia as mulheres poderiam ser reconhecidas por sua “utilidade” social. (MARTINS, 2015, p. 23).

Martins (2011, p. 31) destaca o profundo envolvimento de dois agentes na articulação das políticas de assistência social no Brasil: os médicos e as mulheres das classes altas e médias. Isto posto, interessa-nos compreender a existência do que parece ser uma sexualização das instituições de proteção social, refletindo sobre como as políticas sociais contribuíram na construção e/ou reprodução de

estereótipos binários de gênero, uma vez que tais trabalhos foram desenvolvidos majoritariamente por e para mulheres.

2.1 GÊNERO E TRABALHO DE CUIDADOS: A TENTATIVA DE INVISIBILIZAÇÃO E O MOVIMENTO POLÍTICO DAS MULHERES

Por muito tempo os teóricos e estudiosos dos Estados de Bem-Estar Social – ou Estados Providência – centraram o debate a uma perspectiva econômica do tema, deixando de lado o estreito vínculo entre a proteção social e as relações de gênero. Diante disto, as críticas feministas entram em cena, compelidas a entender os impactos do gênero nas práticas e nos resultados das políticas sociais (ANNESLEY, 2008). Utilizando como aporte teórico as discussões de gênero, raça e classe como categorias analíticas, as feministas, principalmente as marxistas, buscaram compreender o impacto das políticas de proteção social na manutenção das hierarquias intrínsecas à lógica de gênero que delegava as mulheres o papel passivo de receptoras das benesses estatais. No entanto, para estas pesquisadoras, o Estado por meio de suas políticas sociais, contribuiu de forma significativa para alocar as mulheres em lugares subordinados exigindo que elas desempenhassem sua suposta função de cuidadora.

Em grande medida, os Estados de Bem-Estar Social estavam alicerçados a um discurso de gênero, em vigência desde meados do século XIX, que estabelecia e naturalizava mulheres e os homens a partir de pressupostos biológicos e naturalizados de feminilidade e masculinidade. Para Nash (2010) essa ideologia que destinava a homens e mulheres lugares distintos na sociedade, criou um potente discurso que vinculava a identidade feminina diretamente a sua capacidade biológica de reprodução de forma que na sociedade o seu papel está voltado exclusivamente aos trabalhos reprodutivos. Segundo Perrot (2001, p. 186):

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro.

Assim, embora os Estados de Bem-Estar proponham políticas para erradicar as desigualdades sociais, muitas de suas intervenções políticas não combateram as hierarquias de gênero, sobretudo as de caráter “familiarista”, que tinham por

finalidade preservar de forma naturalizada as funções de mães e pais de família. Este sistema foi adotado principalmente em países onde o Estado possuía forte ligação com a Igreja, tendo como base a norma familiar burguesa e o resguardo da mesma. Para Alves, este sistema de proteção social:

[...] exclui de seus favorecidos as mulheres não trabalhadoras e os benefícios claramente encorajam a maternidade. A seguridade social implementada nestes países possuía o claro objetivo de reforçar o papel do homem como provedor da família, substanciando uma concepção paternalista de assistência, pois estes benefícios, mesmo que tivessem a intenção clara de proteger as mulheres e as crianças, as transformavam em um apêndice da condição do homem como trabalhador e segurado, garantindo desta forma a manutenção da norma familiar burguesa. (ALVES, 2014, p. 47).

O Estado de Bem-Estar de regime familiarista parte do pressuposto que a base da proteção social deve ser desenvolvida no interior da família, pelas mulheres, como uma espécie de demanda natural intrínseca a condição feminina. Essa perspectiva tem como âncora uma suposta predisposição biológica que caracteriza como papel dos homens a responsabilidade pela provisão financeira da família enquanto à mulher caberia o dever de cuidar do lar, restringindo-a como sujeito e relacionando-a ao âmbito doméstico, conferindo a ela apenas a condição de dependência de um homem provedor, o mundo laboral dito produtivo deveria ser afastado de suas atribuições. Essa ideologia desconsiderou as variáveis de classe dos sujeitos receptores da proteção social, uma vez que as mulheres de núcleos familiares economicamente vulneráveis sempre trabalharam para complementar a renda da família e, portanto, não podiam dedicar-se integralmente ao cuidado com as/os filhas/os e o marido. Gordon (1990) afirma que diante desta condição, as mulheres assistidas por programas de proteção social eram coagidas a seguir por caminhos que não rompessem com a condição de dependência e subalternidade face a figura do marido:

A completa dependência do marido, na realidade, é um privilégio de uma pequena parcela de mulheres. Portanto, as negociações entre as mulheres e os doadores de bem-estar não bastavam de slogans fictícios, com ambas as partes cientes diante da improbabilidade das mulheres obterem independência dos salários masculinos. Além disso, os requisitos dos Estados de Bem-Estar levaram as mulheres a seguir pelos caminhos menos propícios à obtenção da independência – quando deveriam lutar pela sua própria ascensão, educação, cuidados de boa qualidade para as crianças e melhores empregos, as mulheres estavam buscando pelos homens, aceitando empregos com baixa remuneração, não qualificados, de meio expediente e com condições de trabalho precárias. (GORDON, 1990, p. 193).

Esta estratégia adotada pelos Estados de Bem-Estar Social, somado aos discursos de gênero, conduziu as mulheres que necessitavam complementar a renda da família a desenvolver os trabalhos que não as afastariam da esfera doméstica. No que concerne as mulheres de classe média, as quais a questão da subsistência já estava superada por sua boa condição de vida, estas foram orientadas aos trabalhos de caridade que já desempenhavam desde meados do século XVIII através de instituições cristãs. A cristalização dos Estados modernos no Ocidente, por vezes, tornou o envolvimento destas mulheres com a filantropia um fenômeno cada vez mais crescente no desenrolar do século XIX o que despertou interesse entre as estudiosas do gênero que buscavam compreender as motivações por trás deste fenômeno (MARTINS, 2015).

Martins afirma que as mulheres encontraram no discurso de gênero e domesticidade, difundido pela literatura médico-científica, religiosa e pedagógica, “uma forma de empoderamento [...] que não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos” (MARTINS, 2014, p.18). Essa percepção vai de encontro às considerações apontadas por Ann Orloff; dimensionando o caráter relacional intrínseco às relações de gênero, ela afirma que “A dominação masculina não é necessariamente reproduzida; na verdade, ela é frequentemente transformada. Alguma melhora é possível, ainda que às vezes esteja acompanhada de uma maior regulamentação pelo Estado”. (ORLOFF, 1996, p. 56). Diante disto, anco-me ao gênero como categoria analítica sob a perspectiva proposta pela historiadora Joan Scott, para quem “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (1989, p. 21). Logo, o gênero subjaz um aspecto substancialmente social nas distinções baseadas na diferença entre os sexos, atuando na desnaturalização dos papéis sociais predestinados do biológico.

Ademais, neste trabalho, a categoria gênero é utilizada rente a categoria de abordagem dos trabalhos de cuidados. Conceituada pela cientista política Joan Tronto, o cuidado, definido de acordo com o gênero, pode ser distinguido entre *cuidado com* e *cuidar de* com base no objeto dos cuidados:

“Cuidado com” refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso. “Cuidar de” implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados. [...] envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais,

psíquicas e emocionais dos outros. [...] Em nossa sociedade, as estruturas privadas que envolvem “cuidar de” localizam-se especialmente na família; profissões que proporcionam cuidados são muitas vezes interpretadas como um apoio ou um substituto para cuidados que não podem mais ser proporcionados dentro da família. (TRONTO, 1997, p. 188).

Partindo dessa premissa, a mobilização das categorias aqui circunscritas faz-se necessária uma vez evidenciada a estreita relação entre filantropia, trabalhos de cuidados e assistência social aos preceitos de feminilidade. Todavia, ainda que a ideologia de gênero ancorada ao sexo biológico tenha fundamentado uma narrativa que objetivou a restrição das mulheres ao espaço do lar, foi apoiando-se a tais discursos que o movimento feminista de mulheres se organizou, reivindicando direitos e cidadania plena.

No Brasil, esse processo é cognoscível com a fundação da Associação das Damas de Assistência à Infância, em 1906, vinculada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância fundado pelo médico pediatra Arthur Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro. De caráter pedagógico, a Associação atuou na promoção de campanhas, cursos, folhetos didáticos e visitações às famílias pobres, difundindo entre as mães preceitos de puericultura, higiene e cuidados com as crianças. Não é possível dimensionar o impacto que a Associação teve sobre a sociedade brasileira, no entanto, como aponta Camara (2017), a Associação das Damas da Assistência à Infância, fundada por mulheres acima de 15 anos e de “moralidade reconhecida” da elite carioca, representou o novo modelo assistencial a ser realizado doravante no país, sustentado na compreensão:

[...] acerca do papel “natural” da mulher no cuidado com a criança, mas também, na capacidade que tinham de transmitir os preceitos higiênicos e mobilizar ações de benevolência. Mediante uma atuação esclarecida e organizada, as Damas desempenhariam a mediação junto às mulheres pobres, às crianças e às mulheres de seu círculo social (CAMARA, 2017, p. 204).

Assim, a filantropia no Brasil construiu-se sobre uma estrutura que conduziu as relações sociais de gênero em duas direções: de um lado, havia os pressupostos que associavam e orientavam a ocupação feminina à função maternal entendida como “natural” das mulheres. Por outro lado, um novo mundo de possibilidades foi revelado com o ingresso das mulheres na esfera pública – ainda que parcialmente – através da atuação nas associações filantrópicas.

Numa breve análise da Legião Brasileira de Assistência, objeto de estudo desta investigação, é possível identificar obediência ao processo de feminilização da filantropia supracitado. De modo geral, a LBA contava com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres e era administrada, em cada cidade, pela primeira-dama municipal. As ações empreendidas pela Legião estavam relacionadas principalmente a defesa passiva, obedecendo também aos pressupostos de feminilidade: as legionárias eram socorristas, enfermeiras, arrecadadoras de provisões, faziam o atendimento as crianças pobres, trabalhos de costura, entre outros (LBA, 1943). Sua organização demonstrava a incontestável função social que as mulheres desempenhavam no cenário brasileiro de guerra:

Assistindo o infeliz enfêrmo no seu leito de dor, à viúva paupérrima e sua prole, ao pobre sem teto e sem recursos, ao mendigo sem migalha, à criança desampara, às famílias dos convocados e dos bravos soldados expedicionários, enfim todos os necessitados, a Legião Brasileira de Assistência não descurou nunca a sua sementeira do bem, espalhando benefícios as mancheias, dando um óbulo confortador a quem lhe estendia a mão, socorrendo com presteza os que ansiosamente lhes pediam auxílio. (LBA, 1945, p. 03).

Assim, foi na assimilação de uma suposta “natureza específica feminina” que as mulheres dos séculos XIX e XX no Ocidente reivindicaram direitos materno-infantis, alegando, sobretudo, suas diferenças em relação aos homens. Assentadas sobre o princípio da maternidade, estas mulheres – principalmente brancas e de classe média – argumentaram que as suas funções enquanto esposas na esfera doméstica eram igualmente importantes em relação às funções desempenhadas pelo marido, embora diferentes (MOTT, 2001). Neste sentido,

O ativismo feminino em favor da maternidade partiu de uma concepção de que as mulheres deveriam exercer seus direitos como cidadãs tendo suas particularidades respeitadas, como no caso da maternidade. Ao longo do tempo, essas reivindicações do movimento feminista pretendiam definir a cidadania das mulheres com base numa natureza ou contribuição específica feminina. (MARTINS, 2011, p. 37).

Enquanto movimento social, as ativistas não economizaram críticas ao Estado e as suas instituições incapazes de reconhecer e suprimir o descaso com as mulheres e crianças. Na academia, por sua vez, o maternalismo aparece concomitantemente aos ataques antifeministas como “uma clara tática feminista para encorajar o ativismo das mulheres e ao mesmo tempo embaraçar a classe política

pelo tratamento dispensado à condição materna na atualidade” (ALVES, 2014, p. 62).

Essa defesa da maternidade recebeu reformulação conceitual no campo epistemológico. Cunhado pelas pesquisadoras feministas que se propunham a compreender as dinâmicas de gênero dos Estados de Bem-Estar Social, os conceitos de “maternalismo” e “paternalismo” são utilizados como ferramentas nas análises dos estudos sobre a história da assistência social e da filantropia, revelando as vias pelas quais as mulheres reivindicaram direitos civis e acessaram benefícios sociais. Para Alves (2014, p. 63):

Utilizando o conceito de maternalismo, as pesquisadoras conseguiram explicar a experiência das mulheres nos sistemas de proteção social e a desconstruir a persistente imagem da mulher como beneficiária, edificando a figura da articuladora de políticas. [...] Desta forma, o emprego do conceito de maternalismo nas investigações sobre o Bem-Estar nos possibilita mapear os pressupostos culturais, ideológicos e discursivos que sustentam a divisão sexual do trabalho, bem como as dinâmicas familiares, as estruturas burocráticas e as políticas governamentais de assistência que ancoram os programas de Bem-Estar desenvolvidos no Ocidente industrializado.

O maternalismo foi conceituado em contraposição ao que as pesquisadoras e ativistas feministas ousaram chamar de “paternalismo político”. Os Estados de tipo paternal são definidos como aqueles em que as políticas públicas voltadas às mulheres e à infância estavam assentadas em estruturas de gênero que visavam a dominação masculina. Nestes Estados a atuação das mulheres foi minimizada à condição instrumental em que, vistas somente como mães e esposas, as mulheres serviam como “braços” do Estado capazes de alcançar a família e a infância num esforço normatizador.

Os Estados maternalistas, em paralelo, estão vinculados a governos de cunho liberal caracterizados por administrações descentralizadas. Pesquisadoras das histórias das mulheres enxergam este cenário como terra fértil na implantação de medidas de assistência, onde as mulheres iniciaram uma série de ações voluntárias com o intuito de minimizar a mortalidade materno-infantil. Estes esforços, somados ao furor do empenho crítico por parte das ativistas feministas, fizeram com que o Estado incorporasse parte das atividades assistenciais nos seus planos de governo voltados para o bem-estar de mães e crianças (ALVES, 2014, p. 64-65).

Diante do exposto, pode-se dizer que o maternalismo ancorado à maternidade como princípio fundamental inerente à todas as mulheres – inclusive

propondo, não raramente, um modelo maternalista de maternagem –, foi responsável pela sujeição e subordinação de muitas mulheres, reduzindo-as à condição de mães, indiferentes à intersecções de classe, raça ou sexualidade. No entanto, como aponta Mott, deixar de considerar a importância da atuação das feministas maternalistas na consolidação de políticas sociais no Ocidente até o século XX “significa ignorar o imaginário das mulheres do passado” e atribuir à elas um olhar do presente, exigindo “crenças, propostas e atitudes que não eram suas” (MOTT, 2001, p. 229).

Partindo desta premissa, neste trabalho utilizo o maternalismo como conceito chave nas análises das ações empreendidas pela Legião Brasileira de Assistência, propondo um estudo para além das abordagens econômicas comumente realizadas sobre os Estados de Bem-Estar. Ademais, busco traçar um perfil das primeiras-damas que rompa com a imagem das legionárias benevolentes, passivas e submissas, atentando para os aspectos mais ativos da atuação destas mulheres como, por exemplo, a capacidade de elaboração de políticas de Estado.

Como afirmou Simili (2007), a LBA alcançou tamanha popularidade que para as mulheres brasileiras de classe média, trabalhar na Legião se tornou “tendência”, concedendo status, “conduzindo condutas, comportamentos e formas de atuação e participação” na esfera pública. Este fenômeno leva-nos a crer que as filantropas, a par das condições e vulnerabilidades das mulheres expostas à pobreza, iniciaram um movimento de atenção para a erradicação das dificuldades. Assim, faz-se difícil crer que a atuação das legionárias tenha obedecido os preceitos morais de submissão e domesticidade e que elas tenham simplesmente incorporado e tomado para si os discursos de feminilidade.

Neste sentido, explorar a Legião Brasileira de Assistência, esmiuçando cada relatório, campanha, propaganda, ação e curso preparatório, se faz necessário para compreender a proporção das contribuições das legionárias para as políticas públicas de assistência no Brasil. Afinal, como pontuou Françoise Thébaud: descortinar a participação e atuação das mulheres no entre e pós guerra e vê-las entregues a novas responsabilidades é contemplar a mobilidade e confiança que adquirem em si próprias (THÉBAUD, 1995, p. 32).

3 A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DAS TRADIÇÕES DO GÊNERO

Com a declaração de guerra feita pelo Brasil aos países do Eixo em agosto de 1942, o governo de Getúlio Vargas se viu face a inexistência de um exército profissional para combate. Os patrícios que seguiam carreira militar e estavam habilitados para o enfrentamento de guerra não foram para o *front*. De acordo com Rosa (2010), os militares de carreira mais abastados buscaram meios de não fazer parte da Força Expedicionária, frequentemente apelando à contatos com conhecidos da elite política, através de apadrinhamentos ou forjando doenças e diagnósticos. A ausência de militares capacitados impulsionou as autoridades nacionais a convocarem indivíduos com pouca ou nenhuma experiência com a vida militar. Ante este cenário, o governo iniciou uma poderosa campanha política com a finalidade de arregimentar voluntários dispostos a se alistarem nas forças armadas e combater no *front* de guerra como representantes do país. Conseqüentemente, o grosso do componente efetivo expedicionário brasileiro ficou composto por voluntários, em sua maioria trabalhadores cuja renda servia somente para sua própria subsistência. Muitas vezes desempregados ou em empregos precários, oriundos das camadas populares, à estes homens o alistamento militar representou uma maneira de angariar certa estabilidade econômica para si e seus familiares (BARBOSA, 2017).

Parte da tática governamental para convencer o maior número de homens a se voluntariamente alistarem-se foi a criação de uma rede assistencial capaz de prover as necessidades imediatas das famílias dos combatentes, como provisão de alimentos, tratamentos de saúde, remédios e moradia a seus familiares diretos (BARBOSA, 2017). Com estas ações o governo varguista transmitia uma mensagem ostensiva aos seus combatentes de que o Estado brasileiro jamais abandonaria suas famílias e que a sua dedicação às causas nacionais seria recompensada pela benevolência estatal.

Para dar conta desta empreitada, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada, em 28 de agosto de 1942, sob comando da então Primeira-dama Dona Darcy Sarmanho Vargas. Instituída pelo Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, a LBA foi especialmente concebida para auxiliar as forças brasileiras na Segunda Grande Guerra. Inicialmente pensada para cuidar e amparar as famílias dos combatentes, a LBA imediatamente expandiu suas atribuições a uma parcela cada

vez maior da população, que não inserida no campo do trabalho formal – elemento essencial de cidadania no período –, ficava exposta a uma infinidade de mazelas e pauperização da vida cotidiana. Neste sentido, ficou definido no Estatuto da LBA os seguintes setores de ação, divulgados em nota nos veículos de imprensa, como no caso apresentado pelo Rio de Janeiro, capital federal:

- I – Convocados e suas famílias: a) Exército – Senhora Gaspar Dutra; b) – Marinha – Senhora Aristides Guilhem; c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho.
- II e III – Defesa Passiva: Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth;
- IV – Necessidades das famílias dos pequenos agricultores: Senhora Apolonio Salles;
- V – Educação do consumidor e do produtor campanhas de borracha, metal, niqueis etc. – Senhora Souza Costa;
- VI – Estudantes e crianças necessitados: – Senhora Gustavo Capanema;
- VII – Organização de cursos para comunicações: – Senhora Mendonça Lima e Sra. Landry Salles;
- VIII – Fiscalização e Policiamento (major Ignácio Rolim): Senhora Alcides Etehegoyen;
- IX – Colaboração com a Secção de Propaganda: Senhora Coelho dos Reis;
- X – Organização de cursos de transportes: – Sra. Napoleão Alencastro Guimarães. (A Noite, 01.09.1942, p. 03).

A divulgação dos setores de ação da LBA – e suas responsáveis – objetivava apresentar a instituição como um modelo assistencial de ampla operação, cuja atuação visava alcançar, além das carências procedentes da guerra, as diferentes demandas para o combate aos males relacionados à pobreza. Além disso, anunciava as colaboradoras responsáveis por cada setor, evidenciando o modelo assistencial da instituição que combinava cooperativismo e voluntariado (BARBOSA, 2017, p. 81). Ao divulgar os nomes, e grande parte deles pertencerem a tradicionais famílias de elite, a LBA buscava deixar visível a preocupação dos mais abastados para com os mais pobres na tentativa de forjar uma suposta inter-relação amistosa entre ricos e pobres. Na constituição da instituição a participação do empresariado nacional foi chave, demonstrando o espectro paternal existente nas relações entre capital e trabalho. Dessa forma, a LBA se caracterizou por ser uma instituição mista que administrava fundos públicos e privados advindos de contribuições estatais e do empresariado nacional, ficando assim definida a forma de arrecadação de recursos para a instituição:

Art. 2º O Governo assegurará à L.B.A., por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma contribuição especial, constituída:

- a) de uma cota mensal correspondente à percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o salário de contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e descontada juntamente com a contribuição devida a tais instituições;
- b) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores, de importância igual àquela prevista na alínea anterior, e recolhida juntamente com a dos respectivos empregados;
- c) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere a alínea a. (BRASIL, 1942).

Ao prever a participação pública e privada para a manutenção dos recursos necessários para o funcionamento da LBA, o governo federal deixava claro que a responsabilidade com os mais pobres não era exclusividade da União, mas sim de todos os brasileiros, que envolvidos no processo de desenvolvimento nacional deveriam também ser responsáveis pela ajuda ao próximo. Esta constituição, formada por um mix de público e privado, dava o tom do tipo de assistência prestada pela LBA, muito mais próxima da filantropia do que dos direitos sociais. Esta tríade que combinava Estado, voluntariado e associações privadas foi objeto de estudo da historiadora norueguesa Anne-Lise Seip, apud Larsen, s/d, ao investigar as origens do *Welfare State* nos estados Ocidentais mais industrializados. Segundo a autora, o Estado de Bem-Estar é resultado e produto de uma triangulação de ações privadas, locais e federais ou centrais que, entrecruzadas, erigiram uma série de políticas sociais voltadas para os grupos mais suscetíveis às irregularidades do mercado. Assim, uma das principais características dos emergentes Estados de Bem-Estar do século XX foi a mistura de público e privado, ou seja, objetivando maior efetividade em suas ações assistenciais, o Estado buscou o apoio de iniciativas privadas e filantrópicas desenvolvidas no âmbito local, que em muitos casos foram o ponto de partida para as políticas nacionais (ALVES, 2014).

Incluir o empresariado no financiamento institucional reforçou a noção de proteção social construída e organizada no período Vargas, indiscutivelmente atrelada ao trabalho submetido a um sistema corporativista, resultado da relação tripartite entre Estado, trabalhadores e patrões. Cabe ressaltar que durante o Estado Novo¹ o reconhecimento da cidadania se definiu por sua relação com o mercado de trabalho, sendo traduzida por benefícios administrados e geridos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão responsável pela institucionalização da Legião

¹ O Estado Novo trata-se do regime autoritário implantado por Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945. Ver mais: (PANDOLFI, 1999).

Brasileira de Assistência. Neste período as políticas sociais se tornaram elos ainda mais importantes na relação entre o governo e as camadas populares, criando uma relação paternalista de poder a partir da qual tanto o governo quanto o líder governante aparecem como responsáveis diretos pelo Bem-Estar da maioria da população. Assim, de acordo com o Decreto-Lei 4.890, à LBA caberia prestar serviços de assistência em todo país, buscando sempre que possível parcerias com instituições filantrópicas e beneficentes como forma de interiorizar suas ações e utilizar-se da prestação de serviços já existentes:

Art. 1º A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante a tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres. (BRASIL, 1942).

Fosse em território nacional ou estrangeiro, a LBA seguiu a tradição presente em outras facções femininas² existentes nos países envolvidos no conflito da Segunda Grande Guerra, ou seja, a atuação das integrantes restringia-se a trabalhos de retaguarda. Longe de pegar em armas, as legionárias da LBA dedicaram-se aos trabalhos entendidos como essencialmente femininos e relacionados à defesa passiva: eram socorristas, enfermeiras, arrecadadoras de provisões, prelações radiofônicas, atendimento às crianças pobres, trabalhos de costura, entre outros (LBA, 1943). Enredada pelo discurso da domesticidade e do trabalho de cuidados, ambos supostamente presentes no espírito feminino das legionárias, a LBA, em sua organização, apresentava com clareza qual seria sua função no contexto social brasileiro:

Assistindo o infeliz enfêrmo no seu leito de dor, à viúva paupérrima e sua prole, ao pobre sem teto e sem recursos, ao mendigo sem migalha, à criança desampara, às famílias dos convocados e dos bravos soldados expedicionários, enfim todos os necessitados, a Legião Brasileira de Assistência não descurou nunca a sua sementeira do bem, espalhando benefícios as mancheias, dando um óbulo confortador a quem lhe estendia a mão, socorrendo com presteza os que ansiosamente lhes pediam auxilio [...]. (LBA, 1945, p. 03).

² *Sección Femenina de la Falange Española*, na Espanha; *Winterhilfe, Deutsches Frauenwerk, Frauenschaft*, na Alemanha nazista; e na Itália fascista, o *Fasci Femminili*.

Para o desenvolvimento de seus projetos, a LBA organizou a sua Comissão Central (CC), sediada no Rio de Janeiro – então Distrito Federal. Conforme definido em Estatuto, o cargo de Presidente Geral da CC foi ocupado pela primeira-dama, Darcy Vargas, enquanto os cargos de Secretário Geral e Tesoureiro Geral foram ocupados por Rodrigo Octávio Filho e João Daudt de Oliveira, conforme indicação da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Este arranjo corporativo refletia as percepções de gênero inerentes à LBA, que demarcavam os espaços compreendidos como espaços de mulheres e os espaços de homens. Conforme discutido por Barbosa na sua tese de doutorado, para a Legião Brasileira de Assistência:

A mulher ocupa um lugar de destaque, como líder de uma legião de mulheres dispostas a trabalhar em favor dos que necessitavam de cuidado. Porém, as funções legislativas, técnicas e administrativas deveriam permanecer nas mãos dos homens, por serem aqueles que entendem de questões operacionais e burocráticas. (BARBOSA, 2017, p. 83-84).

Da mesma maneira foram organizadas as Comissões Estaduais e as Comissões Municipais da L.B.A, que funcionavam sob o comando da Comissão Central, demonstrando a tendência centralizadora da assistência prestada pela LBA. Outro fator interessante trata das funções remuneradas regidas na Legião, conforme demonstra o Relatório Exercício de 1944 da Comissão Estadual da LBA de SC:

Figura 1: Despesas de administração

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO	
Pessoal	
Encarregada do expediente da C. E.	8.400,00
Encarregado Serv. Contab. da C. E.	7.200,00
Escriturário da C. E.	2.200,00
Servente da C. E. (dispensado)	2.100,00
Servente da C. E. (admitido)	1.000,00
Servente do Pôsto de Costura n. 2	2.400,00
Gratificações a diversos	1.631,00
	24.931,00

Fonte: Relatório Exercício da LBA (1944).

Dentre as atividades remuneradas pela instituição estavam os médicos dos postos de puericultura, enfermeiras, educadoras e secretárias. No entanto, o grosso do trabalho realizado pelas mulheres era voluntário. Isso pode ser analisado através do uso da categoria gênero nos trabalhos de cuidados como proposto por Joan Tronto (1997). Para a professora, “cuidar é assumir uma carga” e assim sendo, demanda tempo, energia e é sacrifício (1997, p. 188). O trabalho laboral realizado pelas voluntárias da LBA certamente exigia essas demandas, no entanto era compreendido como um dever natural das mulheres para com a sociedade brasileira, desobrigando a necessidade de remuneração.

3.1 A INTERIORIZAÇÃO DA LBA E SUA ESTRUTURAÇÃO EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a Legião Brasileira da Assistência iniciou suas atividades em 12 de setembro de 1942 nos salões do Clube Doze de Agosto, sob o comando de Dona Beatriz Pederneira Ramos, então Primeira-dama. Em grande medida, a LBA mobilizou parte de suas voluntárias mulheres de classe média locais que já se dedicavam aos trabalhos filantrópicos e de caridade. Impulsionadas pela possibilidade de maior participação pública e sensibilizadas com a situação de pobreza extremada na qual vivia boa parte da população, estas mulheres passaram a ocupar inúmeros espaços de poder nas comunidades em que estavam inseridas. Suas associações voluntárias e de caridade prestavam os mais diversos tipos de assistência, como ensinar noções de puericultura, prestar atendimento médico, distribuir alimentos, transformando-se em espaços de referência no contexto social no qual estavam inseridas. Este proeminente destaque das associações voluntárias e os significativos resultados de suas ações assistenciais acabavam por transformar suas idealizadoras ou coordenadoras em autoridades morais, com forte influência nos círculos locais de poder. Apesar de não ocuparem os postos mais elevados da administração pública, estas mulheres conseguiram, por meio de seu protagonismo assistencial, relacionar-se com as diversas áreas do poder público, ora buscando apoio para seus empreendimentos, ora instando as autoridades públicas em favor de medidas mais amplas e eficazes, voltadas para a salvaguarda da família pobre (BRUSH, 1996).

Figura 2: Sessão solene realizada nos Salões do Clube Doze de Agosto, quando da fundação da L.B.A. em Santa Catarina



Fonte: Relatório Exercício de 1943 (s.d.).

Apesar de ser fundada um mês antes, a instalação da Comissão Estadual só ocorreu em 18 de outubro de 1942, despertando o interesse de um número considerável de voluntárias na capital. A tradição assistencialista, engendrada em boa parte dos países ocidentais a partir de meados do século XVII, tinha em suas raízes a ação conjunta de homens e mulheres abastados e fortemente influenciados pela moral cristã, os quais se dedicavam a diminuir o sofrimento dos mais pobres. Contudo, foram as mulheres que se envolveram mais intensamente com as atividades caritativas e assistenciais, num movimento coerente com os valores ideológicos que definiam “a assistência como um gênero de trabalho feminino que não atentaria contra a moral e a virtude das mulheres” (MARTINS, 2011, p. 22). Essa feminização histórica da assistência capacitou as mulheres como agentes políticos, com especial atenção para as famílias de baixa renda “nas quais reformadoras partiram dos pressupostos sobre a natureza feminina, para fundamentar estratégias políticas, proporcionando proteção social responsável” (LARSEN, 1996, p. 05). De acordo com o relatório relativo ao exercício de 1943, a LBA havia superado suas expectativas na atração de voluntárias dispostas a realizar

trabalhos assistenciais em suas fileiras, demonstrando forte adesão dos esforços de guerra no país e em especial no Estado de Santa Catarina:

Nascida das contingências da guerra a que o nosso país foi arrastado, mercê de agressão brutal à nossa soberania e à nossa gente, a Legião Brasileira de Assistência, no Brasil, é hoje uma das mais marcantes realidades da vida nacional e a mais esperançosa depositária da confiança do povo brasileiros, no terreno assistencial. [...] Instalada em nosso estado em 18 de outubro de 1942, contou desde logo a Legião, sómente na capital, com uma inscrição inicial e voluntária de 678 legionárias, e dentre pouco seu número já ultrapassava 800. É que a mulher catarinense compreendeu desde logo os elevados objetivos da nobre instituição. (LBA, s/d).

Para as mulheres das elites, as atividades filantrópicas eram uma oportunidade de ingressarem de maneira mais efetiva no mundo público, sem com isso subverter as fortes amarras morais de gênero, que as colocavam em uma posição de subalternidade em relação aos homens. Para estas mulheres, os trabalhos assistenciais e de benemerência eram considerados extensões de suas atribuições na esfera do privado e estavam em total conformidade com sua suposta natureza feminina de dedicação à família e ao próximo (NASH, 1996). Ao se enveredar pelo mundo dos necessitados, as mulheres das classes abastadas projetavam diante da sociedade seus elevados atributos morais, sendo reconhecidas por sua sensibilidade, bondade e solidariedade com os sentimentos alheios, ou seja, uma extensão de sua função maternal: “o amor feminil não é no fundo senão um aspecto secundário da maternidade” (JORNAL DAS MOÇAS, 1914, s/p). Desta forma, foi a partir de uma política de gênero que enclausurava as mulheres no espaço doméstico que a filantropia surge como algo relacionado à feminilidade, definindo a assistência como um trabalho que não atentaria contra a virtude e a moral das mulheres. Essas ações caritativas e de benemerência se entroncaram com as ambições, mesmo que veladas, dessas mulheres de ascensão à esfera pública, que vinham se delineando desde meados do século XIX:

As associações locais atraíram milhares de mulheres para a atividade política fossem elas solteiras, casadas, letradas, da mesma geração ou de gerações posteriores; inúmeras mulheres foram atraídas para as atividades dos recém-criados escritórios locais das organizações assistenciais, que lhes ofereciam inúmeras oportunidades de participar das atividades de Bem-Estar. (KOVEN; MICHEL, 1990).

Desta forma, a LBA em Santa Catarina também se transformou em um espaço autorizado de participação na vida política e na esfera pública, atraindo cada vez mais um número maior de legionárias dispostas a cuidar e zelar pelo bem-estar de seus patrícios. Por meio de propagandas nacionalistas de amor e dedicação pela pátria, Getúlio Vargas mobilizou toda nação brasileira a trabalhar pelo país – os homens foram chamados como bravos combatentes, enquanto as mulheres foram angariadas como voluntárias numa mobilização nacional de ações assistenciais –, estabelecendo uma espécie de *front* interno de mulheres dispostas a servir a nação.

Em sequência, no terceiro capítulo desta monografia, abordamos a atuação política das primeiras-damas Darcy Vargas e Beatriz Ramos, atentando para questões no âmbito das relações de gênero intrínsecas a atuação feminina na presidência da Legião Brasileira de Assistência.

4 FACE E FEITIO DA LBA: BONDADE E BENEVOLÊNCIA À EXEMPLO DE DARCY VARGAS

Realizada uma busca inicial pelo nome de Darcy Vargas na plataforma de pesquisa do Google, os resultados encontrados a definem como esposa de Getúlio Vargas e primeira-dama do país por dois períodos, em seguida elenca hospitais e maternidades instituídas em seu nome. Estes resultados interessam porque dimensionam a construção da identidade da ex-primeira-dama pelo imaginário da sociedade brasileira desde a sua atuação na esfera pública, caracterizada por um sistema tradicional de gênero.

O rosto e nome de Darcy Vargas é o mais emblemático no que se refere a história da Legião Brasileira de Assistência, talvez porque ainda que a sua ocupação na cadeira da presidência tenha ocorrido num período consideravelmente curto em relação ao tempo vigência da instituição³, ela nunca se afastou das atividades da LBA. Muitas produções acadêmicas que se debruçam sobre a assistência no Brasil definem a LBA como a primeira grande instituição a consolidar o primeiro-damismo brasileiro. Em contrapartida, Torres (2002, p. 39) afirma que “Há indícios de que a figura da primeira-dama no Brasil comece a aparecer (...) quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil”. No entanto, para Torres (Ibidem, p. 84), não há na historiografia registro de nenhum outro trabalho realizado por primeiras-damas desde o Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), o que consolida no governo de Getúlio Vargas a ressurreição da figura da primeira-dama no Brasil.

Cabe ressaltar que “primeira-dama” não é título oficial, tampouco carrega prerrogativas ou aufere direitos diretamente. Objetivamente o termo refere-se a figura da esposa do governante do Estado, mas enquanto representação social “primeira-dama” confere historicidade uma vez que, como aponta Torres (2002, p. 106) “assume a forma de agir e de pensar do grupo político que se encontra no poder”. Portanto, a primeira-dama do Estado pode vir a exercer notório papel na

³ A Legião Brasileira de Assistência permaneceu no cenário assistencial do Brasil de 1942 até 1995, quando foi substituída, por Fernando Henrique Cardoso, pelo programa Comunidade Solidária. Darcy Vargas, na condição de primeira-dama, presidiu a Comissão Central da instituição somente nos períodos de 1942 a 1945 e de 1951 a 1954.

administração de seu cônjuge e inferir diretamente ou indiretamente no desenvolvimento de possíveis capitais políticos (RODRIGUES, 2018, n.p.). Para Barbosa (2017, p. 57),

O protagonismo das primeiras damas é abordado na historiografia como um papel secundário, um percurso permitido às mulheres em decorrência do papel principal dos Presidentes, Governadores e Prefeitos. O primeiro-damismo refere-se à atuação de muitas mulheres, que em virtude do casamento, ligaram-se ao universo político através dos mandatos de seus cônjuges e, por consequência desse elo, foram-lhes designadas funções femininas.

Quanto ao protagonismo de Darcy Vargas, a política paternalista instituída por Getúlio e exercida pela Legião Brasileira de Assistência finda no imaginário coletivo uma estreita relação entre primeiras-damas e bem-estar estatal, que se confundem e configuram a assistência social aos pobres (Falcão, 1990). Paulatinamente, a sociedade brasileira foi delineando-se como uma grande família gestada pelo pai provedor, na figura de Getúlio Vargas, e pela mãe “generosa e atenta a todos os apelos” (Revista da Semana, 03/09/1955), personificada por Darcy Vargas. Como demonstra Adalgisa Nery⁴ na reportagem intitulada “Uma grande mulher”, publicada no periódico Revista da Semana, Darcy Vargas desempenhou satisfatoriamente o seu papel de mãe e esposa – no âmbito privado e na esfera pública. Descrita como “mãe amantíssima” e “esposa exemplar”, a jornalista afirma que:

As suas qualidades humanas a levaram ao entendimento exato da aplicação da existência no trabalho-dever, trabalho-missão e trabalho-função de vida. Mulher admirável que soube colher das suas dores e sofrimentos o sentido missionário de servir aos necessitados numa íntima e integral união de alma, utilizando as suas penas e angústias para um belo movimento de consolo aos humildes, protegendo-os com carinho e ternura. (Revista da Semana, 03/09/1955).

Nas palavras de Adalgisa, Darcy transformou “suas dores e sofrimentos” em missão de “servir aos necessitados” – este entendido como uma pulsão instintiva, quase animal, em resposta aos anseios da sociedade brasileira. Na reportagem, todo trabalho desempenhado pela primeira-dama é reconhecido como fruto de uma

⁴ Adalgisa Nery (1905-1980) foi uma poeta, romancista, política e jornalista brasileira. Em 1940 casou-se com Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda de Getúlio Vargas. Ver mais: (MATA, 2008).

inesgotável bondade, imprescindível no arremate ao trabalho de que se encarrega Getúlio Vargas. Esta é uma demarcação interessante de papéis e da atuação na vida política, que pode ser analisada através dos dois tipos de cuidados articulados por Joan Tronto. A atuação do casal Vargas esteve em completa conformidade com os tipos de cuidado conceituados pela Tronto. A autora esclarece que o “cuidado com” é uma forma geral de *preocupação* regida pelos homens e “cuidar de”, por sua vez, “envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros” (TRONTO, 1997, p. 188), e é o tipo de cuidado mais intimamente associado às mulheres. Neste sentido, Getúlio Vargas teve *cuidado com* a sociedade brasileira, atuando no Estado e exercendo políticas com vistas a acalantar o sofrimento dos carecidos – como a institucionalização da assistência social e a implementação da CLT, por exemplo. Enquanto isto, Darcy Vargas *cuidou da* nação brasileira, atuando diretamente no seio de cada família desvalida através da Legião Brasileira de Assistência. A forma concreta e específica do cuidado estabelecido pela primeira-dama também fica evidente no objeto do cuidado, uma vez que a sua colaboração envolveu especificamente o atendimento à maternidade e à infância pobre.

Tamanho destaque recebeu Darcy Vargas durante todo o governo de Getúlio. A implantação do Estado Novo, em 1937, resulta “num intenso arrocho salarial e de pauperização de amplos setores populacionais”, consequência de um Estado a serviço do capitalismo industrial (TORRES, 2002, p. 84). Assim, para acalmar os ânimos do que parecia ser uma rearticulação independente dos movimentos operários, Getúlio Vargas, convencido pelo conflito bélico, funda a Legião Brasileira de Assistência sob comando da primeira-dama. Para Simili (2008, p. 21),

Ao examinar a trajetória filantrópico-assistencial de Darcy Vargas, desenvolveu-se o argumento de que suas ações sociais e assistenciais (...) foram propícias para o estabelecimento de um modelo de atuação e de participação da primeira-dama nos meandros do poder presidencial. (...) Ao coordenar o projeto assistencial do Estado, um papel significativo foi a ela concedido na condução da assistência social, para o viés assistencialista de que se revestiu essa política pública e que ainda orienta procedimentos no campo dos direitos políticos em nosso país.

Os papéis das primeiras-damas que delinearam-se no Brasil à exemplo de Darcy Vargas assentavam-se a uma concepção de feminilidade em que sentimentos de bondade e de solidariedade sobrepujam a racionalidade das atividades

assistenciais desenvolvidas por estas mulheres (TORRES, 2002, p. 58). Simili (2008, p. 159) afirma que “Recato, docilidade, timidez são comportamentos e atitudes inculcadas nas mulheres pela família, escola, sociedade e cultura”, portanto Darcy Vargas, mulher de seu tempo, foi educada para o casamento e a maternidade numa concepção ideológica que definia a mulher como “um ser frágil, dependente e submisso, cabendo-lhe o papel de zelar pelo bem-estar do marido, gerar filhos e educá-los” (TORRES, 2002, p. 55).

No Brasil, o acesso à educação pelas mulheres consolidou-se paulatinamente enquanto direito, fomentado pela reivindicação de mulheres revolucionárias e conclamada com a proclamação da Independência e a necessidade de uma modernização do país (LOURO, 2009). Dirigida às mulheres, a educação formal da qual buscou-se o acesso, serviu a “uma particularidade ideopolítica voltada para a manutenção de valores dominantes, os quais associam conteúdos escolares à ‘missão’ da mulher” e seus encargos na esfera doméstica (TORRES, 2002, p. 69). Apesar de variantes que perpassavam questões de classe, raça e etnia, de modo geral a educação voltada para as mulheres aproximava-se a uma concepção educativa baseada na diferença perceptível entre os sexos. Para as moças, o ensino da leitura, da escrita e da matemática geralmente era complementado pelo aprendizado dos bordados, da culinária e da costura. As filhas de elite, por sua vez, também recebiam orientação quanto ao comando das criadas e serviçais, aprendiam música e adquiriam conhecimento de uma segunda língua, elementos que transformavam-nas, para além de mulheres instruídas e educadas, em companhias agradáveis aos futuros maridos (LOURO, 2009). Deste modo, como vociferou Simone de Beauvoir, através da “mediação de outrem” o ser tornou-se mulher (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Nascida em 1895 na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, Darcy de Lima Sarmanho era filha de estancieiro e comerciante, uma típica mulher de elite educada desde muito nova para o casamento e a maternidade. Seguindo o seu destino “natural”, casou-se com Getúlio aos 15 anos e aos 21 já era mãe de cinco filhos. Seu destino pré-estabelecido à esfera privada foi interrompido quando da posse do seu cônjuge à presidência da República e a consolidação do seu papel social sobre Nação brasileira: “Darcy Vargas e Getúlio Vargas são representados como os responsáveis pela Nação: ele, o líder; ela, a encorajadora Primeira-dama a liderar milhares de mulheres voluntárias” (BARBOSA, 2017, p. 177). Enaltecida, sua

figura representava um modelo de mulher cujos valores estavam assentados na bondade e na benevolência, atributos que detinha devido a sua condição de mãe e esposa, e que deveriam servir de exemplo e inspiração às mulheres brasileiras. Buscando aferir visibilidade à Darcy, cada sede das Comissões da LBA recebia, de presente, a seguinte fotografia da primeira-dama a ser instalada nas dependências da instituição:

Figura 3: Sra. D. Darcy Sarmanho Vargas



Fonte: Relatório Exercício de 1943 (s.d.).

Para além das Comissões da Legião, esta fotografia de Darcy Vargas também foi amplamente divulgada nos Relatórios Exercício da instituição, nos Boletins Informativos e em periódicos de circulação nacional, numa tentativa de aproximação da figura da primeira-dama – e consequentemente do governo – aos

setores mais populares da população. Retratada usando um vestido de ombros encobertos e decote aparente, porém discreto, a imagem comunica ao observador a maturidade e a idade da primeira-dama que, não tão jovem, obtinha suficiente experiência, e não tão idosa, estava em plenas condições físicas. A escolha da divulgação desta imagem especificamente denota o empenho da LBA em retratar Darcy Vargas em absoluta atividade no empenho de retaguarda, evidente na representação da sua figura mais jovem do que de fato era quando da fundação da instituição. O penteado sóbrio, somado as joias discretas, ligava a sua figura à pureza e à vaidade na dose correta. Na fotografia, olhar acolhedor e nada vulgar da primeira-dama parece mirar diretamente para quem a observa, designando um esforço de tutela.

Personificando os ideais de feminilidade e docilidade, representados pela vestimenta e postura da Darcy, o que se buscava não era a simples visibilidade à sua face, mas sobretudo e principalmente a difusão dos valores intrínsecos a sua imagem. Na fotografia subsequente, publicada no jornal A Noite, Darcy aparece ao lado do Sr. Rodrigo Octávio, a época Secretário Geral da LBA:

Figura 4: Sra. Darcy Vargas e o Sr. Rodrigo Otavio



Fonte: A Noite, 04/09/1942

Na postura de escuta, Darcy é a representação simbólica da subordinação esperada pelas mulheres diante da racionalidade máscula: a voz feminina não era valorizada, o que convinha eram as ações desempenhadas no interior da instituição e assentidas pela tutela masculina. Assim delimitava-se a construção da feminilidade das voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, construída à medida que as ações prestadas eram plenamente divulgadas em jornais, revistas e boletins informativos. Como demonstra o documento analisado na página 16 deste trabalho, que trata dos setores de ação da LBA, de modo geral não era de costume a divulgação do nome próprio das legionárias, mas o nome de seus maridos. Isto demonstra as relações de dominação estampadas de maneira que tamanha exposição feminina não ocorria sem a supervisão da figura masculina. Escondida sob os nomes de seus cônjuges, estas mulheres tinham suas subjetividades refutadas e suas identidades ficavam atreladas exclusivamente às relações conjugais. Além disto, as voluntárias foram nomeadas para cada setor em concordância com a ocupação profissional de seus esposos, assim a sua atuação complementava a atuação dos homens sem disputar domínio e poder com os mesmos.

A ausência desta espécie de confronto direto que parece erigir como a única possibilidade de resistência, pelas mulheres – primeiras-damas, voluntárias, donas de casa, jovens estudantes, assistidas ou legionárias – da Legião Brasileira de Assistência, não significa afirmar uma conformação da doutrina de gênero que as condicionava aos trabalhos “naturalmente femininos”. A atuação de Darcy Vargas não se resumia a aparição da mesma como uma espécie de vitrine da instituição, modelo ideal de mulher dócil e “silenciosa” (SIMILI, 2008). Mais do que “mãe amantíssima” e “esposa exemplar” (Revista da Semana, 1955), Darcy Vargas foi a primeira esposa de um presidente da República a articular políticas de assistência pública e ocupar um cargo de direção política de forma que a primeira-dama “foi criando seu poder e seus espaços na participação dos acontecimentos políticos” (SIMILI, 2008, p. 45). Isto posto, questiono-me se o seu silêncio jazia da sua personalidade, se era uma estratégia de atuação pública ou uma criação fantasiosa de outrem sobre a sua personagem. Não há como obter resposta à estas reflexões, mas é possível afirmar, no entanto, que a postura ideológica adotada pela Darcy Vargas na presidência da LBA não se afeiçoa a mera conformação da mulher de classe média à subordinação.

4.1 ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA: AS MULHERES CATARINENSES À LUZ DA PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO

Para compreender a relevância do papel aferido pela então primeira-dama de Santa Catarina, Beatriz Pederneira Ramos, na presidência da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, faz-se necessário saber o contexto que fertilizou o terreno a que foi assentado o projeto da instituição no estado.

A busca pela nacionalização da população de origem étnica estrangeira em Santa Catarina, sobretudo alemã e italiana, se apresenta enquanto projeto estatal desde a Primeira República (NASCIMENTO, 2009). Contudo, é no Governo Vargas que a Campanha de Nacionalização é empreendida com força, tencionando para a aniquilação da etnia teuto-brasileira em prol de uma nação etnicamente homogênea e genuinamente brasileira. As ações aplicadas pela campanha foram:

[...] proibições e sanções no uso da língua, do ensino nas escolas particulares, da veiculação de jornais e periódicos, nas associações culturais e recreativas e outras formas de expressão das culturas estrangeiras consideradas inimigas da ideologia de identidade nacional. (MELLO, 2002, n.p.).

Com o acontecimento da Segunda Grande Guerra e a ascensão do Nazismo na Alemanha, a política de nacionalização de Getúlio Vargas reverberou de forma a criar uma esfera de medo e tensão nos núcleos coloniais germânicos. Fáveri (2002) explora, em sua tese de doutorado, o cotidiano de violência, medo, angústia e resistência a que foi submetida a população civil de Santa Catarina.

Nas narrativas, são as mulheres que mais falam dos afazeres da casa, dos esconderijos, dos cemitérios adulterados, das cartas, dos sussurros, da maternidade, do escuro, do medo da falta de alimentos, das solidariedades, do parto, das astúcias de calar a boca dos filhos, das filas, do blecaute, dos panos pretos, da escola. Os homens? Nas relações múltiplas, dos homens se ouve mais os rumos da política que da casa, da prisão, da falta de combustíveis e ferramentas. Falam da guerra como batalha, mais que de enfrentamentos cotidianos; do trabalho provedor, mais que das panelas e com que enchê-las; da vigilância nas praias, mais que das filas para adquirir alimentos. Deles se ouve mais sobre o que comumente diz respeito ao espaço público (sic). (FÁVERI, 2002).

Como exposto pela autora, um aspecto perpassou a existência destes indivíduos: a demarcação dos papéis de gênero que se prova insuperável mesmo

em momentos de crise, como na Grande Guerra. Sendo assim, não é difícil imaginar o papel ideológico duplo que a Legião Brasileira de Assistência aferiu sobre as famílias teuto-brasileiras em Santa Catarina. Se das mulheres no âmbito nacional esperava-se honrosa dedicação à pátria – entendida como uma resposta “natural” aos anseios do país –, daquelas localizadas em núcleos coloniais estrangeiros o dever apresentava-se sob algo ainda mais conflituoso: a honra à pátria atestava sua brasilidade e devoção à nação.

É neste contexto que se constrói a figura da primeira-dama do estado, Beatriz Pederneira Ramos. Casada com Nereu Ramos, à época interventor nomeado de Santa Catarina, Beatriz presidiu a Comissão Estadual da LBA em Florianópolis. Incorporando a benesse incutida na figura das primeiras-damas do Brasil, a nomeação da sua figura à presidência da LBA representava a extensão da atuação de Darcy Vargas a nível nacional.

Assim como Darcy, a fotografia de Beatriz Ramos também circulou em periódicos em todo o território da nação, com vistas a promoção da LBA e a difusão da primeira-dama como modelo de clemência.

Figura 5: Dona Beatriz Pederneira Ramos, presidente da Legião Brasileira de Assistência em Santa Catarina



Fonte: A Notícia, 1943.

Seguindo o arquétipo admitido como coerente às primeiras-damas nacionais, Beatriz, no exposto pela aura fotográfica, posa com semblante dócil, jovial, penteado sóbrio, ombros cobertos e decote discreto. As mãos, apoiadas umas às outras, demonstra submissão “como uma mulher [de classe média] dos anos 1940, que havia sido criada e educada para ser ‘cortês, gentil, agradável e meiga” (SIMILI, 2008, p. 159). Faz-se necessário apontar, na condição específica de primeira-dama de Santa Catarina, que Beatriz Ramos não simbolizava tão somente um modelo feminino de ser, mas evocava um sentimento de heroína nacional devido a sua origem luso-brasileira e, acima de tudo, por sua devoção e patriotismo. Assim, para as mulheres catarinenses,

Ainda que intrinsecamente vinculado à natureza feminina, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria. (FREIRE, 2008, p. 154).

Vinculada às ações beneficentes desenvolvidas pela Legião, a figura de Beatriz Ramos carregou a responsabilidade pela nacionalidade das mulheres catarinenses. No periódico A Notícia, de 2 de outubro de 1942, um letreiro em destaque no topo da folha da capa do jornal informa:

Toda a energia impulsiva da generosidade e da abnegação da mulher catarinense está se mobilizando para o bem da Pátria. Ao apelo e aos nobres exemplos da primeira dama do Estado, a senhora D. Beatriz Ramos, acorrem aos milhares, para o serviço do Brasil, as mulheres de Santa Catarina, animadas do ardor patriótico e da capacidade de renúncia e de sacrifício que, si a Pátria o exigir, fará renascer em cada uma delas a bravura e o estoicismo de Anita Garibaldi, a fazer refulgir, para assombro do mundo, as virtudes intrépidas que projetaram para a eternidade, no écran luminoso da história americana, a figura da heroína dos dois mundos (A Notícia, 02/10/1942).

É evidente, na publicação supracitada, o esforço na afirmação de uma Santa Catarina devota e patriota que, à exemplo da Beatriz Ramos, “acorrem aos milhares” para servir ao Brasil. Outra figura também aparece elevada à exemplo de patriotismo: Anita Garibaldi. Precavendo qualquer suspeita ou o estranhamento quanto a brasilidade das mulheres catarinenses, o nome e a história de Anita serviram estrategicamente como *prova* do “ardor patriótico” das mulheres do estado.

Em 15 de outubro de 1945 o jornal A Notícia publicou a seguinte reportagem, intitulada “Ainda o aniversário da senhora Beatriz Ramos”:

[...] Dentre todas as homenagens uma, por sua encantadora simplicidade, tocou profundamente o coração da ilustre dama comovendo-a intensamente. Justificava-a um espontâneo movimento de gratidão, partindo de pequenas almas inesquecidas da bondade de sua protetora. Tratava-se de um grupo de meninas pobres, às quais, há tempos, D. Beatriz Ramos havia distribuído vestidinhos confortáveis dando-lhes, com esse gesto humanitário, um indefinível contentamento. [...] compareceram incorporadas à residência da distinta senhora, formando um bando jovial e barulhento, oferecendo, cada uma com seus votos de felicidade, um pequenino ramalhete de flores naturais. [...] A aniversariante, sob uma grande emoção, abraçou e beijou os pequeninos manifestantes, que mais felizes se sentiram ainda com essa demonstração de carinho da sua estremecida bemfeitora. (A Notícia, 15/10/1945).

Desenhando sobre Beatriz todos os aspectos esperados sobre a figura da primeira-dama, o jornal descreve um gesto de felicitações feito por “meninas pobres” à “sua protetora” que, perante a homenagem, vê-se emocionada e profundamente tocada. Dotada de tamanha benevolência e altruísmo, a ex-primeira-dama, mesmo diante de seu aniversário, não parece desejar outra coisa que não a comoção sobre a simplicidade daqueles gestos de gratidão. Abrir mão de si pelo bem do próximo: eis a “nobreza da Mulher Catarinense (sic)” (A Notícia, 1943).

As representações sociais das primeiras-damas nacionais foram concebidas tanto para serem modelos de feminilidade como para ocuparem e desenvolverem atividades próprias às exigências nacionais. Não é possível, portanto, julgar as primeiras-damas e presidentas da LBA simplesmente como senhoras submissas conformadas ao ambiente doméstico. É perceptível que as engrenagens criadas pela Legião para atuação feminina na assistência social levou-as à novos comportamentos e condutas femininas. Beatriz Ramos, assim como as demais primeiras-damas à frente da LBA, pôde desenvolver políticas públicas nos mais diversos âmbitos. Só no primeiro ano de atuação da instituição, como atesta o Relatório Exercício da LBA de 1943 (s.d.), Beatriz Ramos instalou 43 centros municipais no estado; criou ao menos 3 cursos profissionalizantes, sendo eles: enfermeiras-socorristas, voluntárias visitadoras, preleções radiofônicas e de costura; elaborou 3 campanhas com vistas à arrecadação de provisões – a campanha da borracha, a horta da vitória e a campanha do livro –; inaugurou 2 postos de puericultura e deixou 1 em andamento; inaugurou 2 postos de costura; organizou 4 eventos cívicos – a páscoa dos militares, a semana da pátria, a semana da criança e o natal dos pobres –; além de prestar auxílios na provisão de roupas, alimentos e

remédios a serem distribuídos aos soldados e seus familiares, as crianças em idade escolar, as escolas, hospitais e as instituições filantrópicas (LBA, s.d.).

Estes dados revelam a ideologia maternalista incorporada pela Legião Brasileira de Assistência, já que prestar apoio aos soldados, às crianças desvalidas, serviços de enfermagem, ou de puericultura, dentre outras atividades, demonstram uma espécie de valorização da identidade feminina numa sociedade que até então mantinha as mulheres confinadas ao isolamento doméstico. Através das voluntárias visitadoras, das noções de puericultura e de outras atividades e campanhas, como o “concurso de robustez infantil”, por exemplo, desenvolvido pela LBA a partir do segundo ano da instituição, a Legião propagava um modelo hegemônico de maternagem, frequentemente desempenhado de maneira fiscalizatória. No entanto, como aponta Freire (2008, p. 168), no Brasil do século XX a ideologia da maternidade rompeu a barreira entre as esferas públicas e privada, descortinando para as mulheres toda uma esfera política que lhes permitiu elevar sua posição na família e na sociedade, tornando-as sujeitos e objetos de políticas públicas.

Figura 6: A Presidente da C.E., quando entregava o certificado de enfermeira à presidente do C.M. de Laguna



Fonte: Relatório Exercício de 1944 (LBA, 1945).

Em Santa Catarina, a Legião Brasileira de Assistência exerceu um papel déspota duplo: além das amarras de gênero, a arbitrariedade étnica. No entanto, como apontado por Fáveri (2002), intrínseco a opressão está a possibilidade de resistência – resistência essa que não reside somente no confronto. Assim sendo, dois importantes pontos devem ser ressaltados quanto a atuação da instituição no estado: primeiro, a tática de legitimação para as mulheres teuto-brasileiras através da filiação na LBA; e segundo, a ampliação do espaço político para as mulheres, que possibilitou a pressão, a reivindicação e principalmente o desenvolvimento de políticas voltadas para a maternidade e a infância no estado.

5 CONCLUSÃO

Presente em todo território nacional, fragmentada e subdividida em comissões administrativas, hospitais de puericultura, voluntárias visitadoras, eventos beneficentes, campanhas de caridade, enfim, dentre uma infinidade de ações assistenciais, a Legião Brasileira de Assistência serviu como uma espécie de “braço do Estado” no alcance a população de pauperada no Brasil. Em grande medida, a LBA mobilizou um exército de mulheres numa “nobre iniciativa” (A Noite, 1942) com vistas a erradicar a analgesia sobre a condição da maternidade e infância no país.

Assim, mulheres de elite, donas de casa, estudantes, religiosas ou não, feministas ou não, as mulheres envolveram-se na execução e aplicabilidade da assistência social, colaborando para as discussões e elaborações de políticas públicas (BARBOSA, 2017, p. 32). Neste sentido, a Legião Brasileira de Assistência conferiu, as mulheres do Brasil, uma porta que deu acesso a articulação de políticas em detrimento à figura tão somente beneficiária. Ademais, a LBA deu o tom ao primeiro-damismo brasileiro, instituído à exemplo de Darcy Vargas: mulheres ativas e sensíveis diante do cenário de pobreza patente no país. Isto confere a dinâmica relacional intrínseca as feminilidades das mulheres nacionais que, impulsionadas pela possibilidade de atuação pública, passaram a ocupar inúmeros espaços de poder nas comunidades em que estavam inseridas de modo que transformaram-se em autoridades morais, com forte influência nos círculos locais de poder.

Isto posto, ressalto que este trabalho buscou investigar, através da efígie das primeiras-damas Darcy Vargas e Beatriz Ramos, vicissitudes quanto a atuação das mulheres de classe média do Brasil na condução das políticas públicas de assistência. As primeiras-damas, enaltecidas em suas figuras, representaram um modelo de mulher com valores engessados às suas condições de mães e esposas. No entanto, como apontou Freire (2008, p. 168), estes atributos não foram reduzidos a mera questão de dominação de gênero e subordinação das mulheres, mas representaram uma forma estratégica de resistência, negociação, aliança e cooperação em que as mulheres apropriaram-se do movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino.

Em síntese, concluo que a trajetória das primeiras-damas deslocou-as da condição de mães e esposas, meramente, à titulares nos espaços de poder e participação da vida pública. A assistência social possibilitou a estas mulheres

traçarem para si trajetórias emblemáticas e individuais de participação na “política masculina” pela premissa do seu estado conjugal. Ademais, em Santa Catarina, a primeira-dama Beatriz Ramos exerceu um papel déspota duplo já que além das amarras de gênero, que foram apropriadas e ressignificadas, havia também o conflito étnico que recaía sobre as mulheres de origem teuto-brasileira. Neste sentido, como discutiu Fáveri (2002), intrínseco à opressão reside a possibilidade de resistência. Portanto, da mesma forma que a opressão de gênero foi estrategicamente remodelada, no apagamento étnico e cultural do processo de nacionalização, a LBA mostrou-se um artifício estratégico de sobrevivência. Uma vez filiada à Legião, instituição reconhecida pelo patriotismo e devoção à nação, uma mulher de origem teuto-brasileira conseguia, além de espaço, legitimação da sua existência.

Por fim, saliento que a Legião Brasileira de Assistência foi a principal instituição de combate à pobreza até 1995, quando foi extinta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso que a substituiu pelo Programa Comunidade Solidária (Simili, 2008). Durante as cinco décadas em que esteve em plena atividade, fica difícil dimensionar o alcance a que a LBA dispôs em todo território nacional: as milhares de mulheres e crianças assistidas, as histórias compartilhadas pelas legionárias, voluntárias, profissionais, as experiências vividas e os paradigmas ressignificados avante o movimento e a sociabilidade feminina. Diante disto, este trabalho retrata um ínfimo aspecto perante a infinidade de possibilidades de investigação e análise sobre a LBA e a assistência social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 294. 2014.
- _____. Da caridade ao welfare state: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 52-55, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2018.
- ANNESLEY, Claire. **Gendering the institutional politics of welfare reform in the UK**. (Paper). University of Manchester, 2008. p. 01-18.
- BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 241. 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.
- BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 235. 2002.
- BRUSH, Lisa D. Love, toil, and trouble: motherhood and feminist politics. In: **Chicago Journal**. v. 21, n. 02. Chicago: The University Chicago Press, 1996. p. 429-454.
- CAMARA, Sônia. AS DAMAS DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E AS AÇÕES EDUCATIVAS, ASSISTENCIAIS E FILANTRÓPICAS (RIO DE JANEIRO/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação**. v. 21, n. 53. Porto Alegre, 2017. p. 199-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000300199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set. 2018.
- FALCÃO, M. do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 33. São Paulo: Cortez, 1990.
- FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GORDON, Linda. **The Welfare State: towards a socialist-feminist perspective**. In: *The Socialist Register*. Vol. 26. Pontypool: The Merlin Press, 1990, p. 171-196.
- KOVEN, Seth; MICHEL, Sonia. *Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-*

1920. In: **The American Historical Review**. v. 95, n. 4. Indiana: AHA, 1990. p. 1076-1108.

LARSEN, Eirinn. **Gender and welfare state. Maternalism – a new historical concept?** (1996) (s/1). Disponível em: <<http://www.ub.uib.no/elpub/1996/h/506002/eirinn.html>> Acesso em: out. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Estado, Filantropia e Assistência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

_____. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**. Niterói. v.15 n.2 p. 13 – 28. 1.sem.2015.

MATA, Larissa Costa da. **As máscaras modernistas: Adalgisa Nery e Maria Martins na Vanguarda Brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis: UFSC, 2008.

MELLO, Angelica Maria Ruiz. Efeitos subjetivos da campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas sobre os descendentes imigrantes alemães, na região Santa Cruz do Sul/SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal, 2002.

MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramento, 2008. 949 p.

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**. 2001, n. 16, p. 199-234.

NASCIMENTO, Dorval do. **Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920)**. Revista Brasileira de História da Educação, n. 21, p. 123-143, set./dez. 2009.

NASH, Mary. Maternidad, maternología y reforma eugénica em España, 1900-1939. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **Historia de las mujeres em Occidente: el siglo XX**. Vol. 5. Tauros Ediciones: Madrid, 1996. P. 627-646.

ORLOFF, Ann Shola. Gender in the Welfare State. In: **Annual Review of Sociology**, Vol. 22 (1996), p. 51-78.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 21-40.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Discutindo gênero e “primeiro-damismo”. In: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES, XIII., 2018, Campina Grande, **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2018, v. 2, n.p. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da força expedicionária brasileira (1946-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e realidade**. Vol. 20. Porto Alegre: UFRGS, 1995. P. 71-99.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.

SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. **Estudos Ibero-Americanos**, v. xxxIII, p. 160-171, 2007.

_____. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: THÉBAUD, Françoise. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v. 5 (Coleção dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot).

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: THÉBAUD, Françoise. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v.5 (Coleção dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot).

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan. (orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVOS

LBA. *Relatório Exercício 1943*. Florianópolis, s/d. Documento disponível no Arquivo do Estado de Santa Catarina.

LBA. *Relatório Exercício 1944*. Florianópolis, 1945. Disponível no Arquivo do Estado de Santa Catarina.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

ARTIGOS DE JORNAIS

AINDA o aniversário da senhora Beatriz Ramos. In: **A Notícia**. Joinville, 15 de outubro de 1943. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/843709/25000>>. Acesso em: ago. 2017.

UMA grande mulher. In: **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1955. p. 14-15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/025909_05/17313>. Acesso em: nov. 2016.

D. BEATRIZ Pederneira Ramos. In: **A Notícia**. Joinville, 3 de setembro de 1943, n.p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/843709/26964>>. Acesso em: ago. 2017.

TODA a energia impulsiva da generosidade e da abnegação da mulher catarinense. In: **A Notícia**. Joinville, 2 de outubro de 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/843709/22672>>. Acesso em: ago. 2017.

ANEXO

ANEXO – CONTRACAPA DO RELATÓRIO EXERCÍCIO DE 1943 DA
LBA

